



DESENVOLVIMENTO NEOLIBERAL NOS ANDES: UMA ANÁLISE DAS EXPERIÊNCIAS CHILENA, COLOMBIANA E PERUANA¹

NEOLIBERAL DEVELOPMENT IN THE ANDES: AN ANALYSIS OF CHILEAN, COLOMBIAN, AND PERUVIAN EXPERIENCES

Eduarda Santana Johnston²

Renata Peixoto de Oliveira³

Resumo

Este trabalho objetiva discorrer sobre o processo de reformas neoliberais como opção ao desenvolvimento feito por governos dos três países analisados, Chile, Colômbia e Peru. Resultante de um plano de trabalho do programa de iniciação científica da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) este artigo destaca o sentido das reformas em alguns setores específicos permitindo comparar os processos reformistas mais avançados na região andina. O avanço do neoliberalismo na região alterou consideravelmente a relação do Estado com a sociedade, além de ter sinalizado a diminuição do papel do Estado como promotor de desenvolvimento.

Palavras chave: Desenvolvimento; Neoliberalismo; Chile; Colômbia; Peru.

Abstract

This paper aims to discuss the process of neoliberal reforms as an option for development made by governments of the three countries analyzed, Chile, Colombia and Peru. Resulting from a work plan of the scientific initiation program of the Federal University of Latin American Integration (UNILA) this article highlights the meaning of reforms in some specific sectors, allowing to compare the most advanced reformist processes in the Andean region. The advance of neoliberalism in the region has considerably altered the relationship between the state and society and has signaled the diminishing role of the state as a promoter of development.

Keywords: Development; Neoliberalism; Chile; Colombia; Peru.

¹ Versão elaborada para publicação nos anais do Congresso da ABRI, edição 2019, a partir deste artigo foi realizado o Banner que foi apresentado no evento e que segue na seção de anexos.

² Apresentadora de poster de iniciação científica no encontro da ABRI, 2019. É discente do curso de Relações Internacionais e Integração e bolsista de Iniciação Científica da UNILA. É membro do grupo CESPI-América do Sul (CNPQ) Este texto é oriundo de suas pesquisas do plano de trabalho “O desenvolvimento como desafio democrático: um estudo das experiências chilena, peruana e colombiana” vinculado ao projeto da docente orientadora. E-mail: es.johnston.2017@aluno.edu.br

³ Orientadora deste trabalho apresentado na mostra de iniciação científica, seção de posters da ABRI (2019). É docente do curso de Relações Internacionais e Integração e atua junto aos programas de pós-graduação PPGPPD e PPGICAL da UNILA. É coordenadora do grupo CESPI-América do Sul (CNPQ) e membro do grupo DALC-ALACIP. Participa da RedeBlac e do INCT-INEU. Este trabalho é resultante do projeto de pesquisa “Modelos de Desenvolvimento e densidade democrática: um exercício comparativo entre Chile, Peru e Colômbia”. E-mail: renata.oliveira@unila.edu.br



1. Uma introdução: As reformas e o desenvolvimento da região Andina

Este trabalho parte de um plano de trabalho de pesquisa que tem por objetivo geral avaliar as condições políticas e econômicas da Região Pacífico-Andina-Amazônica, com especial atenção para os países Chile, Peru e Colômbia. Considerando enquanto antecedente determinante os processos políticos e econômicos a partir da década de 1990, o marco temporal específico desta análise se estende até o limiar do novo século. Esta análise realizada quanto ao sentido das reformas em setores específicos é um passo inicial para elucubrações posteriores sobre os impactos das reformas de cunho neoliberal. Basicamente, através do recurso metodológico da política comparada, busca-se desenvolver um estudo que prima pela relação estabelecida entre os modelos de desenvolvimento adotados por estes países em meio ao processo de liberalização econômica e avanço da globalização e aspectos referentes aos obstáculos, desafios e avanços para seus regimes democráticos, aqui entendidos enquanto densidade democrática. Por hora, o cunho das mudanças realizadas em setores básicos da economia, setores de transportes e telecomunicações, podem ser percebidos como áreas centrais priorizadas pelos governos destes três países ao sinalizarem a mudança de matriz sociopolítica pretendida.

2. O tema das Reformas em setores específicos

2.1. Chile

O Chile, como exemplo da aplicação radical das reformas neoliberais, transformou seu aparato produtivo de cunho agrícola e economia protecionista para mudar sua constituição política e iniciar um processo de abertura ao mercado internacional e ao investimento direto de capital estrangeiro, situação que afetou a distribuição da terra no país. Desde então, os camponeses não podiam competir contra as monoculturas que estavam sendo promovidas nas terras agrícolas chilenas. Esse contexto levou ao sequestro de uma ideia de produção espacial "ao significado das demandas sociais, como o direito à cidade e à justiça espacial, transformando-as em uma face humana que legitima a produção imobiliária, no âmbito da acumulação capitalista". (HIDALGO, ALVARADO; SANTANA, 2017, p.512, tradução nossa). Assim, as relações sociais sofreram de uma delimitação agressiva das ligações de trabalho que as empresas tinham com seus trabalhadores e com os camponeses de quem compravam as terras.

Em continuidade, a aplicação do neoliberalismo teve suas repercussões no transporte público chileno, que foi orientado para a privatização de empresas de grupos que pertenciam ao Estado, com a assinatura de acordos onde as empresas privadas tinham altas margens de lucro. Além disso, associada a esse aspecto, a concessão rodoviária foi objeto de uma licitação que beneficiou o grande investidor e não o empresário nacional chileno. Portanto, uma das peculiaridades do modelo neoliberal foi cumprida:

(...) es el predominio de la razón económica sobre la política, es decir, bajo el neoliberalismo la lógica del funcionamiento del mercado y la ganancia se convierten en los factores determinantes de la organización de la vida social. Nada fuera del



mercado puede ser racional. En otras palabras, bajo el neoliberalismo lo fundamental de la economía es considerar el mercado total como el mecanismo más eficiente para la asignación de los recursos productivos; asimismo, para que el mercado funcione de manera adecuada se precisa la libertad de precios que se fijan a través del libre funcionamiento de la oferta y la demanda, esto es, sin interferencia política (social) alguna (ORNELAS, 2000, p. 46).

Um outro exemplo de aplicação neoliberal que podemos observar está na extração da mineração de cobre, ouro e prata, que beneficia meramente as grandes transnacionais e provoca mudanças ambientais complexas no meio rural chileno, bem como estrutura uma dependência econômica das variações monetárias do dólar no comércio internacional. Há que se considerar a riqueza do país em minérios, como defende Moguillansky (1998, p.15):

Chile posee fuertes ventajas comparativas en el sector minero: en los recursos naturales de que dispone: una amplia franja geológica rica en minerales con yacimientos de elevada ley en relación a los existentes en el resto del mundo, a lo que se suma una mano de obra especializada con experiencia y bajo costo de infraestructura (en general las minas están cerca de los puertos, existe una buena infraestructura en caminos y acceso a fuentes energéticas).

Os dados apontam que, no ano de 1990, o investimento estrangeiro no setor de mineração passou de 90 milhões de dólares a 803 milhões de dólares anuais (MOGUILLANSKY, 1998, p. 15). Isso se deu graças aos três pilares centrais que estabeleceram as bases das reformas neoliberais no governo Pinochet: a plena segurança jurídica sobre a propriedade de concessões mineiras, que davam garantias legais aos investidores estrangeiros; os benefícios fiscais e comerciais, que eliminava tributos de importação e exportação, entre outros benefícios; e a flexibilização da legislação e do sistema de controle ambientais, que incluiu até mesmo a supressão de fundos de garantia por impactos ambientais. Em 2003, 10% da superfície total chilena já estava cedida às grandes explorações mineradoras (ARÁOZ, 2009, p. 5).

A CODELCO (*Corporación Nacional del Cobre*), maior produtora de cobre do mundo, foi uma das empresas de mineração estatal afetadas pelas reformas aqui abordadas. Entre 1990-1993, ela foi transformada em um “*holding central*”, em uma tentativa de torná-la independente do Estado por meio da atração de investimentos e parcerias estrangeiras financiadoras de projetos de exploração de áreas ainda não exploradas.

Os resultados da entrada de capital na mineração alcançaram, já na década de 1990, um crescimento médio de 11% ao ano, com 16% de formação bruta de capital fixo e o aumento de 2% no coeficiente de investimento sobre o PIB (MOGUILLANSKY, 1998, p. 8). Esta é tida como a mais onerosa das privatizações chilenas, dada a relevância e a riqueza do setor mineral chileno, sendo o Chile o maior produtor de cobre do mundo, conforme se observa no quadro 1, onde o país aparece, no ano de 1994, com mais que o dobro do número de reserva do segundo lugar, EUA (observar quadro 1). E, além disso, conta com condições geológicas extraordinárias que representaram, em um período de 25 anos, até meados dos anos 1990, 80% dos descobrimentos de reservatórios a nível mundial (MOGUILLANSKY, 1998, p. 19). 63% destas reservas de cobre foram entregues, a baixíssimo custo, à empresas como a Exxon Corporation, estas empresas foram exoneradas de impostos por mais de 25



anos, sob a declaração de que trabalham com prejuízos e, tampouco, pagam royalties ao governo.

Quadro 1: Reservas Mundiais de Cobre (1994)

	Reservas base (1)	%	Reservas (2)	%
EEUU	90	14.2	45	17
Australia	21	3.3	7	5.1
Canadá	23	3.6	11	3.1
Chile	185	29.1	131.5	37.2
Perú	25	3.9	7	2
Filipinas	11	1.7	7	2
Zaire	30	4.7	10	2.8
Zâmbia	34	5.4	12	3.4
Rússia	36	5.7	20	5.7
Polónia	36	5.7	20	5.7
Otros	144	22.7	83	23.5
Total Mundial	635	100	353.5	100

Fonte: MOGUILLANSKY (1998)

As reformas neoliberais aplicadas no país da "estrela solitária" foram mobilizadas no intuito de gerar uma oportunidade para que o grande capital investisse constantemente na economia, a fim de promover o desenvolvimento macroeconômico, deixando de lado os juros, segurança social, controle da qualidade de vida das pessoas, acesso à educação pública, etc., para se concentrar apenas na construção de estradas concedidas a empresas estrangeiras, na propagação de monoculturas, na promoção da educação privada e na acumulação de capital.

No setor de transportes as privatizações e fechamento da *Empresa de Transportes del Estado*, responsável pelo transporte público urbano, mostraram-se muito negativas para os usuários. O fechamento desta última empresa estatal de transportes visando o benefício do setor privado, transpareceu desprezo do governo chileno para com os usuários deste setor, uma vez que se renunciou a tarefa de regulação mínima de qualidade do serviço prestado. Aeroportos (Lan-Chile y Ladeco), o metrô nacional, transporte marítimo (EMPRESMAR), etc. foram vendidos à empresas multinacionais. Com respeito a isso, Estévez defende (2005, p. 5): "La consecuencia de esta situación es que la locomoción pública es cara, insegura, lenta, y muy contaminante atmosférica y acústicamente."

As telecomunicações, até 1982, eram representadas por três empresas estatais: CTC, *Compañía de Teléfonos de Chile*, encarregada da telefonia local; ENTEL, encarregada do serviço de longa distância nacional e internacional; e, *Correos y Telégrafos Telex-Chile*, encarregados da parte de telex e telegramas. Com a crise de 1982, essas empresas foram privatizadas, no contexto do programa de privatizações do governo Pinochet, que ocorreu entre 1985-1989, seguindo a política de estabilização que obrigava o governo a manter as tarifas abaixo da inflação e impunha perdas às empresas estatais. A justificativa era a de que havia a necessidade de modernizar o setor e elevar o nível de eficiência e produtividade, coisa que o Estado seria incapaz de fazer por falta de recursos. Um dos efeitos da privatização foi promover o aumento das linhas telefônicas em serviço, sendo que, em 1990, as linhas em



serviço já tinham aumentado em 187%, enquanto que as linhas em planta e os telefones aumentaram em 421% e 174% respectivamente, conforme se observa na tabela 1. Em 1996, o aumento era ainda mais significativo, com o número de linhas quase triplicando em relação aos números de 1984, indo de 456 para 2056 linhas (MOGUILLANSKY, 1998).

Tabela 1: Crecimiento en servicios telefónicos

	1985-1987	1988-1990	Cambio %
Líneas en servicio	30.600	87.800	187
Líneas en planta	25.800	134.500	421
Teléfonos	39.700	108.600	174

Nota:

(1) El período 1985-1987 es el previo a la privatización de la Compañía de Teléfonos. A partir de 1988, la participación privada es superior a 51%.

Fonte: Compañía de Teléfonos de Chile, LARROULET (1994).

Com a privatização, os investimentos no setor passaram a cifras bilionárias a partir de 1996, o que torna este processo positivo sob a ótica de investimentos. O impacto para os usuários, no entanto, inclui o aumento da cobertura, a mudança nos preços e a aparição de novos serviços.

Las reformas estructurales generaron una nueva dinámica en el sector, la que se tradujo en múltiples elementos que coincidieron elevando la tasa de acumulación. En primer lugar la privatización y con esto la llegada de nuevos actores, incorporaron nuevas estrategias corporativas cuyo objetivo central estuvo radicado en optimizar la posición de la empresa en un mercado cambiante y competitivo. Ello los llevó a incorporar los últimos avances tecnológicos, desarrollar nuevos productos y nuevos servicios en diferentes segmentos del mercado, todo lo cual incidió en los planes de inversión. (MOGUILLANSKY, 1998)

Apesar de, no início, a privatização ter impulsionado a busca de mão de obra, gerentes e empregados estrangeiro, estes foram sendo substituídos por funcionários locais qualificados através de capacitação e programas de treinamento.

O último setor analisado, compete aos recursos hídricos e teve sua privatização iniciada no ano de 1999, com a venda de ações de companhias até então públicas. Esta, desencadeou uma série de greves por parte de partidos políticos e sindicatos que se opunham a privatização. Tal oposição destacava que até o Banco Mundial considerava empresas como a EMOS (empresa de água da capital Santiago), um modelo de eficiência, e que, em 2001, o



abastecimento de água já alcançava 99,6% da população nacional, e uma média de 93,3% já contava com serviços de saneamento (HALL; LOBINA, 2002, p. 25).

As concessões das empresas nacionais hídricas geraram grandes aumentos das taxas (15% em 2000), assim como dos lucros, e grandes contratos para subsidiárias dos novos proprietários. Outra consequência foram as multas sofridas pelas empresas privatizadas, a EMOS foi multada por irregularidades no faturamento e a Esval por deficiências no tratamento da água e por não expandir a rede.

2.2. Colômbia

A Colômbia inicia sua viagem ao modelo neoliberal a partir de 1989 com Virgilio Barco (1986-1990) que, segundo Martínez-Álvarez (2014, p.80):

(...) comienza a desmontar el Estado de Bienestar, dando apertura a los mercados mediante las diferentes reformas, que permiten la entrada de productos con muy bajos aranceles, privilegiando de este modo el interés privado a costa del aniquilamiento de la industria nacional, promoviendo en forma directa el desempleo por el cierre de estas industrias que no pueden mantener su competitividad.

Com esta abertura, começaram os processos de reestruturação do Estado através de uma forte privatização, liberação e desmantelamento das políticas públicas colombianas, que tiveram suas repercussões nos espaços rurais e urbanos. Assim, as privatizações geraram uma relação trabalhista supérflua que possibilitou o sacrifício dos direitos sindicais em favor de um mercado aberto e "livre", sem intervenção nacional.

O movimento de privatizações se tornou possível graças à nova Constituição Política da Colômbia de 1991 que trouxe consigo "o reajuste das fábricas de pessoal, as realocações ou supressões de cargos públicos, levando ao desemprego e ao trabalho informal e, portanto, maior desigualdade social" (MARTÍNEZ-ÁLVAREZ, 2014, p.81, tradução nossa).

Assim, começaram as vendas de empresas como *Carbocol*, *Banco Popular*, *Banco Central Hipotecario*, *Concasa* e usinas termelétricas. Ainda, como apontado por Martínez-Álvarez (2014, p.82-83):

Se pusieron a la venta los aeropuertos de Cartagena, Barranquilla, Cali y Rionegro y, para finales del año se hará lo propio con el Aeropuerto El Dorado. Además, de que a comienzos de 1996 se vendió el 38 por ciento de promigás, la principal empresa de distribución de gas de la Costa Atlántica, a la multinacional Enrom Corp.

Desta forma, a autonomia colombiana foi ameaçada em termos de energia, portos, economia, infraestrutura, ferroviária, telecomunicações e previdência social, e houve inclusive, conforme indicado pela Federação Nacional dos Trabalhadores do Estado (2014), a perda de 77 mil empregos (MARTÍNEZ-ÁLVAREZ, 2014, p.83).

No transporte, o volume de carga aérea exportada pelo aeroporto de Bogotá, foi de 70.000 toneladas (1986) a 240.000 toneladas (1998), representando 77% de todas as exportações nacionais. As cargas transportadas por via terrestre também subiram, indo de 50 milhões de toneladas, em 1990, a 90 milhões em 1997, e o número de veículos nas estradas



cresceu de 1.400 em 1997, a 2.300, em 1998, levando a densidade do trânsito a crescer 16% mais rápido do que o PIB nacional (MULLER, 2004, p. 157). O estado deficiente das redes de transportes fez com que os preços fossem muito altos na Colômbia, o que colocava os produtos do país em situação de desvantagem no mercado mundial.

A liberalização comercial do transporte colombiano, se deu por meio de concessões onde o setor privado participava na construção, operação e mantimento das vias. Isso gerou enorme crescimento no trânsito, de maneira a culminar em engarrafamentos nos portais da economia nacional, destacando os portos marítimos, de onde saem 95% do comércio exterior. O conseqüente descuido ano após ano, levou as ferrovias e transportes fluviais a se tornarem inviáveis, de maneira a representar apenas 5% da carga mobilizada; a rede de transportes colombiana se apresenta vulnerável e carente de infraestrutura, isso devido a fatores financeiros, históricos e até geográficos, contudo, tal vulnerabilidade sujeitava este setor a eventuais acidentes (quedas de pontes, deslizamentos de terra...) que representam perdas expressivas para o sistema neoliberal e para a economia nacional.

Devido a concentração dos investimentos privados no setor primário e a inadequada transferência de recursos para os estados e municípios, as redes secundárias/terciárias, assim como os municípios menores e zonas rurais, se viram prejudicados, contando com apenas 1/5 dos investimentos disponibilizados pelo Instituto Nacional de Vias sendo que a rede secundária/terciária é cinco vezes mais extensa que a primária. O transporte urbano, prestado pelo setor privado, também se mostrou desorganizado em função da falta de regulação eficiente por parte das autoridades locais. Mesmo com o aumento das frotas de veículos, a infraestrutura de grandes e médias cidades, como Bogotá, continuava atrasada, o que resultou em maior obstrução das estradas e lentidão do transporte. Hernandez (2010, p. 23) explica da seguinte maneira o funcionamento do transporte público:

En los municipios el alcalde es la autoridad competente para regular y controlar el servicio público de transporte, y la operación del transporte colectivo está bajo el control del sector privado. En esta área no se trataba de privatizar o hacer concesiones sino de regular y crear un sistema de transporte público que permita mejorar la calidad del servicio y los beneficios económicos y sociales.

Como tentativa de lidar com os problemas gerados pelas reformas neoliberais, o Estado colombiano implementou reformas legislativas e administrativas, aumentou a participação do setor privado e transferiu competências aos governos estaduais e municipais. Estas medidas tiveram êxito na expansão da rede de vias primárias e na privatização de portos, entretanto, elas também alcançaram fracassos nítidos como na reforma do setor ferroviário. A aderência ao sistema neoliberal privilegiou algumas regiões (estados e municípios) metropolitanas, estas geralmente contam com importantes reservas de matérias primas e estão localizadas nos trajetos de exportação, contudo, isso ocorre sempre e quando os indicadores de infraestrutura social caminham junto à infraestrutura rodoviária.

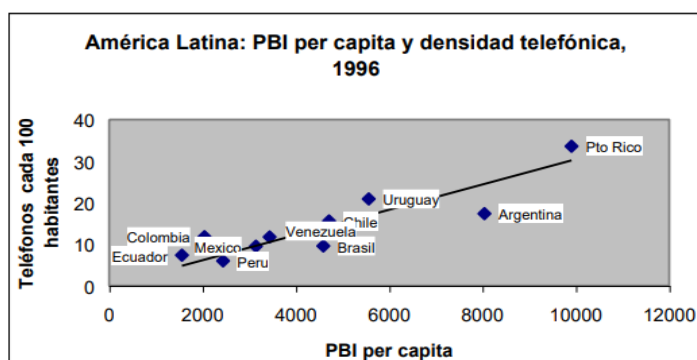
No setor de telecomunicações, de acordo com Herrera (2006, p. 4), a Colômbia, a diferença de outros países, não contava com um único operador nacional de telefonia, sendo este setor concentrado em diferentes monopólios regionais. A partir da década de 1990, o processo de desnacionalização da telecomunicação se desenvolve progressivamente,



culminando na privatização depois dos anos 2000. Até 1996, como observamos no quadro 2, a densidade telefônica do país era uma das menores do continente latino-americano.

Quadro 2: Producto Bruto Interno per capita y densidad telefónica en 10 países de América Latina (1996)

	PBI per capita	Densidad telefónica
Argentina	8042	17.38
Brasil	4591	9.57
Colombia	2044	11.76
Chile	4714	15.59



Ecuador	1563	7.33
México	3145	9.48
Perú	2440	5.99
Puerto Rico	9909	33.57
Uruguay	5564	20.89
Venezuela	3438	11.74
EE.UU	27569	63.99

Fonte: CEPAL, Walter e González (2003)

Foi com a privatização da Telecom em 2006, e a criação da *Colombia Telecomunicaciones* (Coltel), que se desencadearam mudanças importantes na participação privada no abastecimento do serviço. 51% das ações nacionais foram vendidas à *Telefónica de España* (PALACIO, 2016, p.18), como uma estratégia de capitalização do governo colombiano, isso acarretou mudanças até para o Ministério de Comunicações, que deixou a função de provedor de redes e serviços para atender-se a políticas e regulações setoriais, repassando a antiga função às empresas privadas.

A Edatel, do estado de Antioquia, também passou por privatização em 1997, quando 21% de suas ações foram entregues ao setor solidário e outros 18% à EPM (Empresas Públicas de Medellín), sendo esta a primeira privatização de telefonia básica realizada no país. Após esse processo, a empresa foi transformada em Empresa Industrial e Comercial do Estado, a ETB, que, posteriormente, teve 10,8% de suas ações vendidas, em 2003 (PALACIO, 2016, p.18).

Assim, podemos observar que o Estado colombiano, em períodos de liberalização comercial, adotou posturas de afastamento da sua função pública de suprimento de redes e serviços, defendendo que o capital privado era o caminho necessário para o desenvolvimento



da infraestrutura permanentemente modernizada. Essa transferência de responsabilidades se deu por meio de alianças entre os setores público e privado, orientadas pela onda neoliberal, além de fusões e capitalizações. Os rendimentos da indústria de telecomunicações foram sendo concentrados na mão do setor privado e sufocando cada vez mais o setor público, que ainda se mantinha vivo pelas políticas dos governos municipais. Os resultados são apontados por Hernandez (2004, p. 20):

La apertura del mercado de larga distancia permitió la entrada de dos nuevos operadores, uno público, ETB, y la empresa ORBITEL creada con capital público (EPM) y privado. Los resultados más importantes han sido los siguientes: el servicio de larga distancia tanto nacional e internacional se incrementó durante el periodo en 10% y 12% respectivamente; y las tarifas del servicio de larga distancia nacional bajaron en promedio 16% y las de larga distancia internacional bajaron en promedio 33% entre 1998 y 1999.⁴

À semelhança do Chile, os índices de acesso aos serviços telefônicos colombianos aumentaram, alcançando, ao fim do século XX, 4.8 milhões de linhas ao longo do país, o que representou uma melhoria da densidade telefônica que passou de 8.05 linhas por 100 habitantes, para 18.4 em 1999.

Minérios como gás, carvão e petróleo sempre foram explorados pelo setor privado. A extração e comercialização de petróleo, por exemplo, tem a participação de multinacionais como *British Petroleum, Company, Esso y Texas*, etc., além de uma companhia nacional, a *Empresa Colombiana de Petróleos (ECOPETROL)*. Mas foi o *Plan Energético Nacional (PEN)*, criado em 1994 com o objetivo de favorecer o aumento da participação do capital privado, a primeira grande reforma neoliberal neste setor.

En materia de hidrocarburos se cambiaron las condiciones de participación del sector privado con el propósito de volver atractivas las ganancias de su inversión en Colombia frente a otras regiones del mundo, y así mantener y aumentar las exportaciones de petróleo. En gas se definió como objetivo crear un mercado competitivo que permitiera desarrollar la industria. (HERNANDEZ, 2004, p. 17)

Em 1999, mais um passo foi dado na direção da abertura comercial, a política petrolífera foi reformada de maneira a promover a auto suficiência do setor por meio da facilitação para a participação da iniciativa privada estrangeira nos processos de exploração e exportação petrolíferas.

A privatização em gás foi liderada pela Comissão Nacional de Energia (CNE), sucedida pela Oficina de Planejamento Mineiro-Energético do Ministério de Minas e Energia, com a estratégia inicial de oferecer concessões ao setor privado para incentivar que o setor prosseguisse com a distribuição deste combustível e com a construção de gasodutos. Com o *Plan de Masificación del Gas Natural*, ocorreram avanços na infraestrutura que permitiram ampliar a cobertura de gás natural, com isso, o Ministério de Minas e Energia cedeu áreas específicas para empresas privadas, concedendo a elas exclusividade no local concedido em

⁴ ETB - *Empresa de Teléfonos de Bogotá*



troca de alcançar metas de expansão da cobertura (avaliadas ano a ano), conforme definido pela Comissão de Regulação de Energia e Gás (HERNANDEZ, 2004, p. 18).

O setor carvoeiro colombiano teve suas exportações primordialmente aumentadas graças a abertura comercial, e a grande exploradora era a empresa mista CARBOCOL junto a transnacional INTERCOR. Em 2000, o governo vendeu suas ações da CARBOCOL sob o pacto de aumentar a produção de 15 para 21 milhões de toneladas anuais (HERNANDEZ, 2004, p. 19), transferindo mais uma vez a responsabilidade de contribuição da mineração, obrigações trabalhistas, exploração e exportação para o setor privado. O restante do setor de mineração (ouro e esmeraldas), era privado. Como defendem Irene Vélez-Torres e Guillermo Ruiz-Torres (2016, p. 5-6), “O que se observa é que a redefinição dos regimes fiscais mineiros esteve orientada a favorecer a acumulação privada por parte dos operadores estrangeiros, sem que isso represente ganhos significativos para os Estados.” (tradução nossa).

Por fim, no campo hídrico em 1995, houve a criação de uma empresa público-privada, onde 45,91% ficaram sob encargo da companhia *Aguas de Barcelona*, 50% com o governo municipal e 4,09% (HALL; LOBINA, 2002, p. 26) com outros investidores que geralmente trabalhavam na empresa, para a prestação de serviços de abastecimento de água e saneamento básico à cidade de Cartagena. O processo de privatização não considerou a necessidade da população mais pobre, os trabalhadores foram demitidos e obrigados a lutar novamente por seus empregos, a polícia e o exército ocuparam as instalações para conter o movimento sindical que se opunha, os concursos e concessões não eram transparentes, a cidade de mais de 900 mil habitantes hoje carece de serviços de água e saneamento e se encontra à mercê da empresa. Hall e Lobina apontam resultados sociais de tais políticas:

El resultado es que muchos de los pobres le resultan “invisibles” al contratista: la compañía afirmaba que para 1999 más del 90% de la población estaba conectada, mientras que ese mismo año un informe del Banco Mundial decía que “casi un tercio de la población, la mayor parte en los vecindarios pobres, carece de agua corriente y servicios básicos de saneamiento”. (2002, p. 26)

O prefeito eleito em 1995 se opôs bruscamente a maneira pouco transparente como a privatização foi feita, tentando anular o contrato, e esbarrando, contudo, no Banco Mundial que condicionou financiamentos à privatização.

Outra ocorrência a ser destacada neste mesmo processo diz respeito à obrigação com a qual o município teve que arcar, ficando responsável pelo pagamento de pensões aos funcionários da antiga companhia de água, um valor que se aproximava a 8 milhões de dólares e reduzia fundos para investimento em outros setores sociais como saúde e educação.

A companhia *Triple A* (AAA) também foi cedida a companhias privadas, no caso, as espanholas *Canal de Isabel II* e *Tecvasa*, a companhia colombiana é responsável por serviços em Barranquilla, Santa Marta, Soledad e Puerto Colombia, o contrato de abastecimento foi assinado em 2001.

2.3. Peru

O Peru, por outro lado, após a reforma agrária de Juan Velasco Alvarado em 1969, onde a distribuição de terras foi propagada para os camponeses e expropriou as empresas



estrangeiras de produção de açúcar e algodão, possibilitou, apesar da projeção de melhorar a economia através da substituição de importações, uma dependência industrial. Assim, com a chegada de Fujimori décadas depois, em 1990, com o país em crises econômicas subsequentes, a implementação ou reestruturação do modelo econômico peruano foi projetada para permitir a chegada do neoliberalismo, começando, desta forma, a venda de empresas nacionais que estavam endividadas, assim como a privatização de serviços públicos como transporte, telecomunicações e educação.

O Tabela 2 mostra as principais ações das empresas nacionais transferidas para o setor privado.

Tabela 2. Empresas e ações transferidas para o setor privado e outras agências no período 1985-1990.

Empresa	Participación del Estado	Destino
Fabricación Equipos Telefónicos (Fetsa)	14	Sector Privado
Aceros del Sur (Adesur)	6	Sector Privado
Prolansa	14	Sector Privado
Empresa del Alcohol (Emcohol)	100	Trabajadores
Compresoras Andinas (Compasa)	70	Trabajadores
Cementos Lima	49	Sector Privado
Motores Diesel Andinos (Modasa)	51-49	Sector Privado
Mercados Mayoristas S.A. (Emmsa)	100	Municipalidad de Lima
Mercados del Pueblo (Mesa)	100	Municipalidad de Lima

Fonte: Ruiz, Ariela (2002). El proceso de privatizaciones en el Perú durante el período 1991-2002. Santiago de Chile: CEPAL.

O setor de transporte foi submerso em uma delimitação caótica das linhas de deslocamento, representando entre 1% e 2% das transferências ao setor privado (CARO, 2002, p. 28), e em uma crise constante causada pela chegada de carros usados do Japão, o que causou o problema de tráfego nas principais cidades peruanas, em especial em Lima. A partir de 1998, como previsto na regulamentação da PROMCEPRI (*Ley de Promoción de la Inversión Privada en Obras Públicas de Infraestructura y Servicios Públicos*) de 1996, foram iniciadas as concessões ao setor privado de aeroportos, portos, rodovias, ferrovias, entre outros. Com a privatização, milhares de trabalhadores foram demitidos, estima-se que um total de 77 mil em todas as áreas, contudo, entre 1992 e 2007, 483 mil empregos foram gerados nas diversas áreas privatizadas, sendo que o setor de transportes tinha uma média de 2 empregos diretos e 14.5 indiretos gerados a cada 1000 pessoas, média inferior aos indicativos de 1990 e 1991, quando ainda era estatal, cujas médias eram 22,5 e 19,1 a cada 1000 pessoas respectivamente (PALIZA, 1999, p. 19-25).

Além de se adequar às exigências de privatização impostas pelo capital estrangeiro (sob a forma de FMI e Banco Mundial), o setor de transportes era um dos que mais se mostrava débil em infraestrutura e modernização, um pretexto para as concessões feitas pelo governo. Mas, a necessidade de supervisão dos contratos de concessão e da fixação tarifária



(em casos de empresas prestadoras de serviço público), impulsionou a criação do *Organismo Supervisor de la Inversión en Infraestructura de Transporte de Uso Público* (OSITRAN). Este organismo possuía autonomia técnica, econômica financeira, funcional e administrativa, porém tinha sua autossuficiência limitada por depender da Presidência do Conselho de Ministros.

As telecomunicações também simbolizam um importante marco das privatizações realizadas pelas reformas neoliberais peruanas, elas foram vendidas para o capital estrangeiro por aproximadamente 50 anos, criando um monopólio comercial que só diminuiu nos últimos 19 anos da democracia peruana. Até 1994, as empresas de telecomunicações, *Compañía Peruana de Teléfonos S.A.* (CPT) e *Entel Perú S.A.*, estiveram sob a responsabilidade estatal, tendo sua infraestrutura e funcionamento limitadas à capacidade do setor público e tendo parte das ações (35%) vendidas à *Telefónica de España* posteriormente, por quase quatro vezes o valor base (o governo havia pedido 546 milhões de dólares) (TORERO, 2000, p. 10-11). Desta forma, restava ainda em poder do Estado 28,7% das ações e, em 1996 26,6% das mesmas seriam abertas à venda mediante processo de participação cidadã.

Com a transferência deste setor à responsabilidade privada, restou ao Estado o papel de estabelecer metas e fiscalizar resultados sobre os serviços prestados pelas empresas. Assim, foram estabelecidas metas de expansão e melhora na qualidade dos serviços e um período de reequilíbrio tarifário para reduzir progressivamente as distorções nos preços. Em 1993 foi criado o órgão que viria a ser o responsável por estas incumbências, o OSIPTEL (*Organismo Supervisor de la Inversión Privada en telecomunicaciones*), para o qual foi concedido autonomia técnica, econômica, financeira, funcional e administrativa.

Tabela 3: Densidade Telefônica (1993)

Densidad Telefónica, 1993			
País	Densidad Telefónica ^{1/}	Penetración Telefónica ^{2/}	PBI per capita US\$
Bolivia	3.0	11.0	700
Ecuador	5.3	19.7	1150
Colombia	11.3	33.9	1305
Perú	2.9	10.1	1450
Brasil	7.5	21.0	2550
Chile	11.0	39.1	3035
México	8.8	25.3	3880
Argentina	12.3	27.9	6910

1/ Líneas por 100 habitantes

2/ Líneas por 100 hogares

Fonte: www.cies.org.pe

As principais mudanças que se deram após a privatização se resumem a: cobertura, antes da privatização era um dos grandes problemas e possuía uma densidade telefônica muito inferior aos países vizinhos (conforme se analisa na tabela 3 seguinte), este problema foi dado como uma meta a ser solucionada por parte do acordo de concessão, e foi otimizado com a



ampliação da rede de telecomunicações em 167% realizada pela *Telefónica del Perú* (TdP); qualidade do serviço, muito inferior aos níveis internacionais antes da privatização em razão da tecnologia obsoleta, obteve significativas melhoras com a administração da TdP com o nível de digitalização da rede, por exemplo, passando de 53% em 1994, para 90% em 1998 (TORERO, 2000, p. 15); tarifas, a baixa qualidade dos serviços era muita das vezes atribuída ao baixo custo dos mesmo e, conseqüentemente, baixo lucro para as empresas, as tarifas foram implementadas pela TdP; etc.

Apesar dos avanços apontados e do aumento da densidade telefônica para 7.8% em 1998, “Este crescimento foi heterogêneo e foi muito maior nos estados de maior rentabilidade” (TORERO, 2000, p. 47), os benefícios dos consumidores seguem em cheque devido o alto custo dos serviços de telecomunicação, que seguem acima dos níveis internacionais e afetam principalmente os mais baixos estratos sociais.

Más aún, y como se mencionó en los resultados, al analizar el impacto sobre el bienestar de los hogares para Lima Metropolitana de acuerdo al nivel socioeconómico de los hogares, queda claro que son los estratos de mayores ingresos que ya poseían teléfono los que relativamente mejor han absorbido el impacto del rebalanceo tarifario. Pero inclusive en los estratos de menores ingresos que se beneficiaron fundamentalmente por poder acceder a teléfono se aprecia una fuerte caída en el crecimiento del excedente en los últimos años. (TORERO, 2000, p. 48)

Por sua vez, durante o governo de Alberto Fujimori, foram construídas rotas de transporte para as comunidades internas do Peru e promovida a construção de universidades e institutos tecnológicos orientados para estudos agrícolas e econômicos. Assim, tentou-se justificar as modificações econômicas a favor do desenvolvimento industrial moderado. No entanto, essa situação só estava completa quando a Constituição Política Peruana foi alterada em 1993, que oferecia vantagens ao capital direto estrangeiro às custas de algumas leis trabalhistas.

Apesar dessas modificações supracitadas, o Peru teve "um desempenho fiscal muito ruim" (LLOSA, PANIZZA, 2015, p.102, tradução nossa). Não obstante, durante o período de 1978 a 2004, "o déficit orçamentário do Peru sempre foi maior do que a média na América Latina. Por outro lado, os gargalos resultantes do investimento público insuficiente em infraestrutura também podem fazer parte da explicação "(LLOSA, PANIZZA, 2015, p.102, tradução nossa).

Nesse sentido, a implementação das reformas neoliberais levou à falta de agricultura no Peru e à acumulação de terras nas mãos de empresas estrangeiras e nacionais, afetando os camponeses nas áreas rurais. Além disso, possibilitou a construção de estradas, pistas e trilhas por meio de concessões que favoreciam os interesses das empresas e não dos cidadãos peruanos, bem como o uso de telecomunicações pelas operadoras internacionais.

No setor de mineração, o governo peruano, que na década de 1970 havia nacionalizado a maioria dos projetos da área, com a entrada do modelo neoliberal a partir de 1990 abriu as portas para privatizações, liberalização e Investimento Estrangeiro Direto (IED). O PAE (Programa de Ajuste Estrutural) instaurado pelo governo Fujimori como condição imposta pelo FMI para que o país tivesse acesso ao crédito internacional, foi o



grande impulsor da onda de privatizações. A nova Constituição, criada por Fujimori também contribuiu para legitimar a supremacia da propriedade e investimentos privados, com isso, o governo fujimorista privatizou as mineradoras *Centromin Perú*, *Hierro Perú* y *Tintaya*, junto às refinarias *Ilo* y *Cajamarquilla*. Em decorrência desses acontecimentos, cerca de 33 mil trabalhadores perderam seus empregos (VÉLEZ-TORRES; RUIZ-TORRES, 2016, p. 3).

Segundo Glave & Kuramoto (2007) e, considerando dados do INEI (2015):

Entre 1995-2011, la minería fue el pilar del crecimiento económico en Perú; durante este periodo, la economía creció en promedio 3.5%, mientras la minería creció 7.2%. En 1995, la minería aportaba al Producto Interno Bruto un 4.5%; en 2004, esta cifra alcanzaba el 7.7%(Glave & Kuramoto 2007); y en 2013, aportó el 9.4% (INEI 2015). En 2012, alrededor del 55% de las exportaciones peruanas provenía de la minería y el sector recibía el 23.89% de la IED (INEI). (apud VÉLEZ-TORRES; RUIZ-TORRES, 2016, p. 5).

O “incentivo” ao capital estrangeiro também é dado em forma de impostos, com as empresas privadas de mineração pagando tributos que não condizem com os valores extraídos da atividade mineradora, como indicam Vélez-Torres e Ruiz-Torres :

Por ejemplo, en 2010 las cuatro empresas mineras más grandes obtuvieron 6,618 millones de dólares de utilidades; sin embargo, el Estado recibió sólo el 2.8% de las utilidades por concepto de regalías. Pero éstas ni siquiera pagan este porcentaje porque al reinvertir las utilidades pueden reducir las tributaciones. (2016, p. 6)

Em suma, o modelo neoliberal favoreceu o acesso do Peru ao mercado internacional, mas diminuiu a autonomia produtiva, econômica, política e social; desde então, os governos nos 19 anos de democracia continuam a considerar a exportação como uma opção competitiva no comércio internacional.

Por último, o campo hídrico do presente país contou com reformas como por exemplo a promulgação de várias leis, durante o governo Fujimori, para promover a participação privada neste setor e incentivar o financiamento de projetos de infraestrutura, e a venda da empresa estatal de água de Lima, Sedapal. Esta empresa se conformou em: 45% da companhia italiana Acea (parte municipal e parte privada); 45% da companhia construtora italiana Impregilo e 10% da Cosapi, maior construtora do Peru (HALL; LOBINA, 2002, p. 29).

Assim como nos outros campos analisados, foi criado (em 1992) um organismo supervisor, a *Superintendencia Nacional de Servicios de Saneamiento* (SUNASS), para supervisionar a qualidade do serviço e o cumprimento dos investimentos acordados, controlar as taxas, realizar coordenações intersetoriais, etc.. A SUNASS só começou a operar em 1994, dois anos após sua criação.

As reformas promovidas acarretaram em alguns resultados a serem observados: a cobertura dos serviços de água potável e esgoto aumentou para 82.8% e 81% respectivamente, em 1999, totalizando um aumento de menos de 10% com relação a 1990, números menores que os alcançados em países vizinhos como o Chile e o Brasil (TORERO e PASCÓ-FONT, 2001, p. 27); a eficiência operacional diminuiu, no mesmo ano (1999), a água não faturada representava 43% do total produzido e a deterioração da economia durante os últimos anos da



década de 1990 levou ao aumento das conexões ilegais; o serviço prestado e o atendimento melhoraram; o número de empregados com contrato permanente diminuiu, deixando muitos trabalhadores desempregados.

3. Considerações finais

As reformas neoliberais foram significativas ao alterarem a relação do Estado com a sociedade, já que ao realizar privatizações em massa em setores como transporte, telecomunicações, mineração e fornecimento de serviços básicos como água, por exemplo, as experiências aqui comparadas são exemplares de uma escolha, estratégia, ou opção por uma linha de desenvolvimento que se manteve sempre na contramão de um projeto desenvolvimentista que foi tendencial na região sul-americana e que reemergiu com força em reação ao neoliberalismo dos anos 1980 e 1990. Percebemos como nestes casos se conforma uma matriz sócio-política que delega ao Estado o papel enxuto de fiscalizador e que privatiza relações, ao designar ao mercado o papel de prover (em relação de consumo, não de direitos), tanto o fornecimento de serviços quanto o desenvolvimento nacional.

Referências

ARÁOZ, Horacio Machado. Auge minero y dominación neocolonial en América Latina. Ecología política de las transformaciones socioterritoriales neoliberales. In: **XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires**, 27, 2009, Buenos Aires. 2009. p. 1 - 17. Disponível em: <<http://cdsa.academica.org/000-062/1107.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2019.

CARO, Ariela Ruiz. El proceso de privatizaciones en el Perú durante el período 1991-2002. **Gestión Pública**, Santiago de Chile, p.1-86, jul. 2002. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/7273/S027489_es.pdf?sequence=1>. Acesso em: 06 jul. 2019

ESTÉVEZ, Jorge Vergara. El mito de las privatizaciones en Chile. **Polis Revista Latinoamericana: Individualismo y bien común: los límites de las instituciones**, Santiago, v. 12, p.1-9, dez. 2005

FFRENCH-DAVIS, R. **Entre el neoliberalismo y el crecimiento con equidad**. Santiago de Chile: Dolmen Ediciones, 2001. Disponible en https://nuso.org/media/articles/downloads/3100_1.pdf. Acceso en: 23 de jun. 2019

HALL, David; LOBINA, Emanuele. **La privatización del agua en América Latina**, 2002. Isp-univ. Greenwich, San José, v. -, n. -, p.1-36, jul. 2002. Disponível em:



<<https://www.plataformacontralaprivatizaciondelcyii.org/xDOCUMENTOS/TPP/2-PrivatizacionAmericaLatina.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2019.

HERNANDEZ, Isidro. Las privatizaciones en Colombia. **Apuntes del Cenes**, Tunja, v. 24, n. 37, p.55-92, dez. 2010. Disponível em:
<<https://revistas.uptc.edu.co/index.php/cenes/article/view/153>>. Acesso em: 01 jul. 2019.

HERRERA, Carlos. “El papel del regulador en el mercado de las telecomunicaciones”, **Revista de Ingeniería**, 23, pp. 95-100, 2006.

HIDALGO, R.; ALVARADO, V. ; SANTANA, D. La espacialidad neoliberal de la producción de vivienda social en las áreas metropolitanas de Valparaíso y Santiago (1990-2014): ¿hacia la construcción ideológica de un rostro humano?Sao Paulo: **Cad. Metrop.** Disponible en: <http://www.scielo.br/pdf/cm/v19n39/2236-9996-cm-19-39-0513.pdf>. Acceso en: 24 jun. 2019

JIMENEZ, Félix. **La economía peruana del último medio siglo: ensayos de interpretación**. Lima: Cisepa, 2010. 370 p. (-).

LARROULET, Cristián. EFECTOS DE UN PROGRAMA DE PRIVATIZACIONES: EL CASO DE CHILE (1985-1989). **Estudios Públicos**, Santiago de Chile, p.175-222, 1994. Disponível em:
<https://www.cepchile.cl/cep/site/artic/20160303/asocfile/20160303184336/rev54_larroulet.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2019.

LLOSA, L.; PANIZZA, U. La gran depresión de la economía peruana: ¿Una tormenta perfecta?. Lima: **Banco Central de Reserva del Perú**, 2015. Disponible en <http://www.bcrp.gob.pe/docs/Publicaciones/Revista-Estudios-Economicos/30/ree-30-llosapanizza.pdf>. Acesso en: 21 jun.2019.

MARTÍNEZ, Sebastian Ortiz. A 25 años del “Dios nos ayude”: así se gestó el ‘Fujishock’: El 8 de agosto del 1990, Hurtado anunció el shock económico. Un mes antes, De Soto convenció a Fujimori da dar el paquetazo. **El Comercio**. Lima, p. 1-1. 08 ago. 2015. Disponível em:
<<https://elcomercio.pe/politica/actualidad/25-anos-dios-ayude-gesto-fujishock-386377>>. Acesso em: 22 maio 2019.

MARTÍNEZ-ÁLVAREZ, J. (2014). “Impacto de las Reformas Económicas Neoliberales en Colombia desde 1990”. In **Vestigium Ire**. Vol. 8, PP. 78-91
<https://core.ac.uk/download/pdf/151722841.pdf>

MOGUILLANSKY, Graciela. Chile: las inversiones en el sector minero, 1980-2000. **Series Históricas: Serie Reformas Económicas**, Santiago, v. 3, n. -, p.1-57, ago. 1998. Disponível em: <<https://repositorio.cepal.org/handle/11362/7433>>. Acesso em: 30 jun. 2019.



MURILLO, Ana. La izquierda y la derecha de Perú, contra el Plan Cero de Alan García. **El País**. Lima, p. 1-1. 24 set. 1988. Disponível em: <https://elpais.com/diario/1988/09/24/internacional/591055214_850215.html>. Acesso em: 22 maio 2019.

OLARTE, Efraín Gonzales de. **La Economía Política Peruana de la Era Neoliberal 1990-2006**. -, Foz do Iguaçu, v. -, n. -, p.1-28, 16 abr. 2017. Disponível em: <https://repository.kulib.kyoto-u.ac.jp/dspace/bitstream/2433/228393/1/ciasdp02_11.pdf>. Acesso em: 20 maio 2019.

ORNELAS, J. **La Ciudad bajo el neoliberalismo. Toluca: Universidad Autónoma del Estado de México, 2000**. Disponible en: <http://www.redalyc.org/pdf/112/11202303.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2019.

PALACIO, María Elena Giraldo. La privatización de las telecomunicaciones en Colombia: El rol de las empresas públicas en el nuevo marco institucional. **Gestión y Política Pública**, Tizayuca, v. 25, n. 1, jan. 2016

PALIZA, Rosendo. Impacto de las Privatizaciones en el Perú. **Estudios Económicos**, p.9-37, jul. 1999. Disponível em: <<https://www.bcrp.gob.pe/docs/Publicaciones/Revista-Estudios-Economicos/04/Estudios-Economicos-4-1.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2019.

REYNA, Carlos. -. In: REYNA, Carlos. **La anunciación de Fujimori: Alan García 1985-1990**. Lima: Desco, 2000. Cap. 6. p. 157-178.

RUIZ, A. El proceso de privatizaciones en el Perú durante el período 1991-2002. Santiago de Chile: **CEPAL**, 2002.

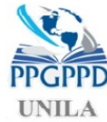
SALDAÑA, L. **La transformación neoliberal en Chile y su impacto en las condiciones laborales del sector agroexportador**. Concepción de Chile: Universidad de Concepción, 2007. Disponible en <http://www.redalyc.org/pdf/902/90218912005.pdf>. Acesso em: 23 de jun. 2019.

TORERO, Máximo (Org.). Logros y retos en el sector telecomunicaciones: un balance a seis años de la privatización en el bienestar de los consumidores urbanos de telefonía fija. Lima: **Grupo de Análisis Para El Desarrollo**, Grade, 2000. 69 p. Disponível em: <http://www.cies.org.pe/sites/default/files/investigaciones/logros-y-retos-en-el-sector-telecomunicaciones-un-balance-a-seis-anos-de-la-privatizacion-en-el-bienestar-en-los-consumidores-urbanos-de-telefonias_0.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2019.

TORERO, M., & PASCÓ-FONT, A. (2001). **El impacto social de la privatización y de la regulación de los servicios públicos en el Perú**. (Documento de Trabajo, 35). Lima:



REVISTA ORBIS LATINA
ISSN: 2237 6976



página 156

GRADE Group for the Analysis of Development. <https://nbnresolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-51564-9>

VÉLEZ-TORRES, Irene; RUIZ-TORRES, Guillermo. EXTRACTIVISMO NEOLIBERAL MINERO Y CONFLICTOS SOCIO-AMBIENTALES EN PERÚ Y COLOMBIA. **Revista del Doctorado Interinstitucional En Ciencias Ambientales**, Cali, v. 5, n. -, p.3-15, 3 mar. 2016. Disponível em: <<http://revistas.univalle.edu.co/index.php/ays/article/view/4297>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

WALTER, Jorge; GONZÁLEZ, Cecilia Senén. **La privatización de las telecomunicaciones en América Latina Estudio comparativo**. Buenos Aires, p.1-51, jan. 2003

*Recebido em 23/08/2019
Aprovado em 14/11/2019*

